

Mobilização, piquetes e manifestação marcaram o dia de Greve Geral no Judiciário carioca

O dia de Greve Geral no Judiciário carioca foi marcado por piquetes de conscientização nas entradas de oito locais de trabalho das justiças federais no Rio de Janeiro, culminando com ato iniciado na Candelária e finalizado na Central do Brasil.

Página 9



LEIA MAIS

É chegada a hora de nova eleição no Sisejufe

Página 3

Resistências ao rezoneamento proposto pelo TSE

Página 4

Administração do TRT1 impõe aumento da jornada de trabalho

Página 5

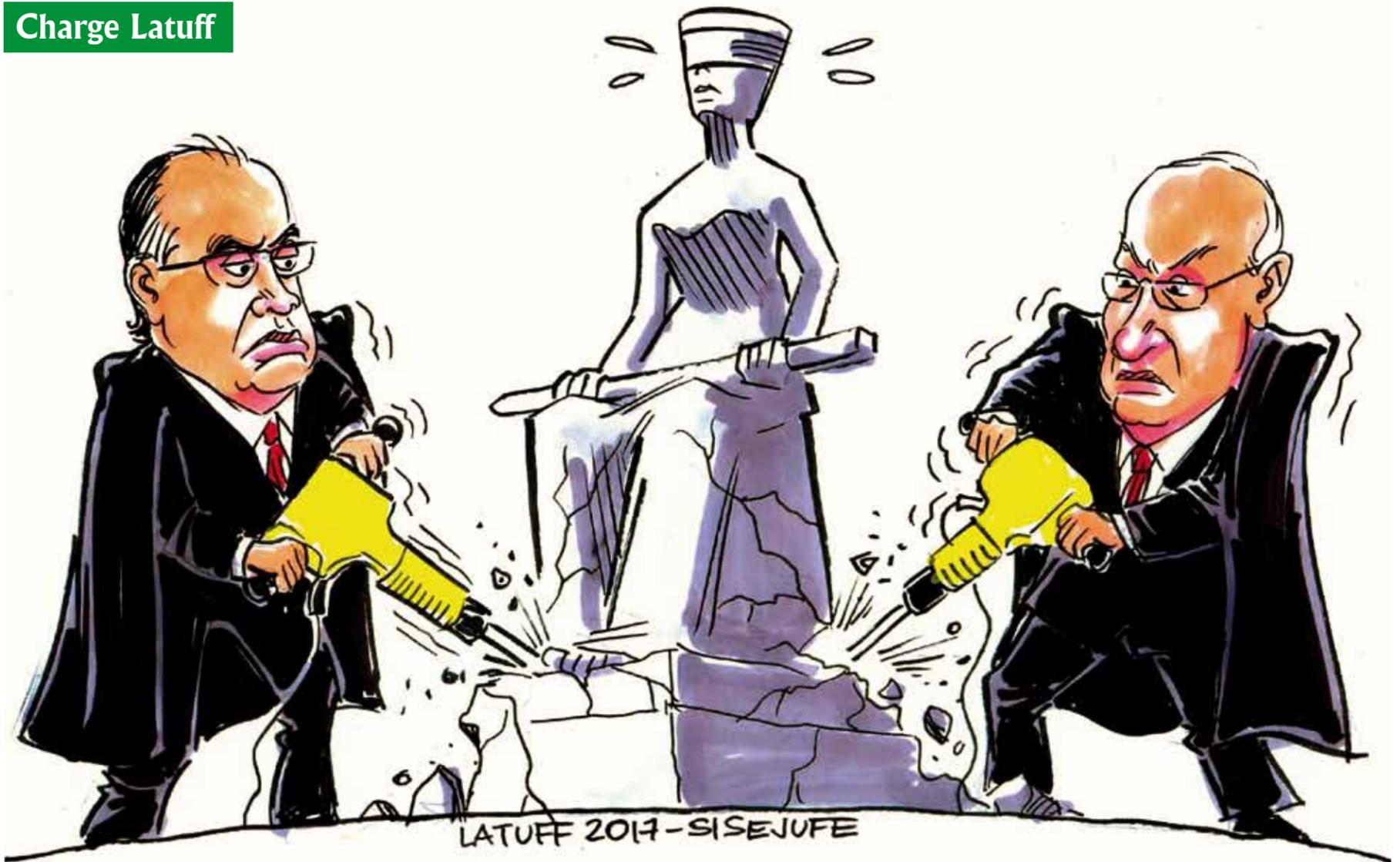
Servidores protestam contra o desmonte do Judiciário e retirada de direitos

Páginas 6 e 7

Poesia, brincadeira e desafio: a palavra perfeita

Página 12

Charge Latuff



Editorial

Quem manda e decide a vida de milhões de pessoas, de fato?

Nós, cidadãos que mal ou bem exercitamos a política, podemos ter expectativas de que por ela, pela política, é que trafegam, junto com o nosso inferno astral, a solução para nossos dilemas societários. Ledo engano, no que diz respeito ao que tange às soluções, quando se trata da conjuntura política internacional e, mais à míude, a conjuntura nacional, às alternativas e soluções locais e sobre quem assim decide.

Não são mais, infelizmente, as definições políticas que nos fazem seguir em frente – ou nos impor atrasos ou avanços como sociedade, nação e país. Quem tudo define, na contemporaneidade, é o que andam chamando de “complexo financeiro-empresarial”. Esse que “não tem opção partidária, não veste nenhuma camisa na política, nem defende pessoas”, conforme Maurício Abdalla, professor de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo, em artigo no

“Le Monde Diplomatic Brasil”, de 24 de maio. Em verdade, a intenção desse “complexo” é tornar as leis e a administração do país completamente favoráveis “para suas metas de maximização dos lucros”.

Então, vejamos alguns pontos que dão conta disso, segundo o articulista:

- 1 - O foco do poder não está na política, mas na economia. Quem comanda a sociedade é o complexo financeiro-empresarial com dimensões globais e conformações específicas locais;
- 2 - Os donos do poder não são os políticos. Esses são apenas instrumentos dos verdadeiros donos do poder;
- 3 - O verdadeiro exercício do poder é invisível. O que vemos, na verdade, é a construção planejada de uma narrativa fantasiosa com aparência de realidade para criar a sensação de participação consciente e cidadã dos que se informam pelos meios de comunicação tradicionais;

- 4 - Os grandes meios de comunicação não se constituem mais em órgãos de “imprensa”, ou seja, instituições autônomas, cujo objeto é a notícia, e que podem ser independentes ou, eventualmente, compradas ou cooptadas por interesses. Eles são, atualmente, grandes conglomerados econômicos que também compõem o complexo financeiro-empresarial que comanda o poder invisível. Portanto, participam do exercício invisível do poder utilizando seus recursos de formação de consciência e opinião;
- 5 - Os donos do poder não apoiam partidos ou políticos específicos. Sua tática é apoiar quem lhes convém e destruir quem lhes estorva. Isso muda de acordo com a conjuntura. O exercício real do poder não tem partido e sua única ideologia é a supremacia do mercado e do lucro;
- 6 - O complexo financeiro-empresarial global pode apostar ora em Lula, ora em um político do PSDB, ora em Temer, ora em um

aventureiro qualquer da política. E pode destruir qualquer um desses, de acordo com sua conveniência;

7 - Por isso, o exercício do poder no campo subjetivo, responsabilidade da mídia corporativa, em um momento demoniza Lula, em outro Dilma, e logo depois Cunha, Temer, Aécio etc. Tudo faz parte de um grande jogo estratégico com cuidadosas análises das condições objetivas e subjetivas da conjuntura;

8 - O complexo financeiro-empresarial não tem opção partidária, não veste nenhuma camisa na política, nem defende pessoas. Sua intenção é tornar as leis e a administração do país totalmente favoráveis para suas metas de maximização dos lucros;

9 - Assim, os donos do poder não querem um governo ou outro à toa: eles querem, na conjuntura atual, a reforma na Previdência, o fim das leis

trabalhistas, a manutenção do congelamento do orçamento primário, os cortes de gastos sociais para o serviço da dívida, as privatizações e o alívio dos tributos para os mais ricos;

10 - Se a conjuntura indicar que Temer não é o melhor para isso, não hesitarão em rifá-lo. A única coisa que não querem é que o povo brasileiro decida sobre o destino de seu país;

11 - Portanto, cada notícia é um lance no jogo. Cada escândalo é um movimento tático. Analisar a conjuntura não é ler notícia. É especular sobre a estratégia que justifica cada movimento tático do complexo financeiro-empresarial (do qual a mídia faz parte), para poder reagir também de maneira estratégica;

12 - A queda de Temer pode ser uma coisa boa. Mas é um movimento tático em uma estratégia mais ampla de quem comanda o poder. O que realmente importa é o que virá depois.

Contraponto

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriana Aparecida P. Tangerino, Adriano Nunes dos Santos, Alexandre G. dos Santos, Amadenison V. Ramos, Amaro das G. Faustino, Ângelo Henrique V. da Rocha, Cláudio Vieira de Amorim, Dulavim de O. Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Eliana P. Campos, Fábio Filardi da Silva, Fernanda Estevão Picorelli, Fernanda Lauria, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Jorge Luiz F. de Queiroz, José Fonseca dos Santos, Jovelina Alves da Silva, Leonardo M. Peres, Lucena P. Martins, Lucilene L. Araújo de Jesus, Luís Amauri P. de Souza, Marcelo Costa Neres, Mariana Ornelas de A. G. Liria, Mário César P. D. Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Mauro Nilson F. dos Santos, Neli da Costa Rosa, Olker G. Pestana, Ricardo de A. Soares, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo S. Valverde, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Sonia Regina Rezende (*in memoriam*), Soraia G. Marca, Valter N. Alves, Willians F. de Alvarenga.

ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda – **EDIÇÃO:** Fortunato Mauro (MTb 20732)

REDAÇÃO: Fortunato Mauro – Max Leone (MTE RJ/19002/JP) – Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685) – Aline Souza – **PROJETO GRÁFICO:** Claudio Camilo (MTb 20478)

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **CHARGE:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Ricardo Quiroga Vinhas, Max Leone, Valter Nogueira Alves e Vera Miranda

IMPRESSÃO: Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 8.300

“Os textos apresentados e veiculados nesta publicação são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados.”

É chegada a hora de nova eleição no Sisejufe

Eleição 2017 Definidos comissão e calendário eleitorais para a escolha da nova diretoria

Teve início o processo eleitoral para escolha da nova Direção do Sisejufe na noite 7 de junho de 2017. A Assembleia Geral Ordinária escolheu os três nomes mais votados para compor a Comissão que dirigirá a eleição da nova diretoria do Sisejufe. São eles: Silas Faria Luiz (Centro Cultural da Justiça Federal), Og Carramillo Barbosa (SJR) - Complexo Equador) e Edson Mouta Vasconcelos (TRF2-Acre). A partir de agora, a Comissão Eleitoral passa a conduzir o processo eleitoral para o triênio 2017-2020. O próximo passo será a publicação do Edital de convocatória das eleições e aviso resumido, abrindo o prazo para inscrições das chapas.

Os 140 presentes à assembleia também aprovaram o calendário eleitoral, que definiu a data do pleito, em primeiro turno, para 1º, 2 e 3 de agosto. A inscrição de chapas para a diretoria e representantes sindicais para o triênio 2017-2020 se encerrou no dia 28 de junho. O calendário aprovado prevê todos os prazos e ações constantes do estatuto e regimento eleitoral do Sisejufe. A Comissão Eleitoral conduzirá o pleito encerrando os trabalhos ao dar posse à nova Direção eleita.

Comissão e formato eleitoral

Antes da escolha dos membros, os presentes à assembleia aprovaram que o tamanho da comissão seria de três membros, já que a comissão poderia ter, no máximo, cinco e, no mínimo, três eleitos. Além deles haverá um representante indicado, posteriormente, por cada chapa que concorrer às eleições.

Na escolha da forma de eleição dos membros da Comissão Eleitoral houve divergência entre a atual diretoria e a oposição, defendendo, essa última, que a escolha se desse pelo critério da proporcionalidade. Já a diretoria



Foto: Cristiane Vianna Amaral

Servidores escolhem comissão e normas eleitorais para eleição da nova diretoria do Sisejufe para exercer mandato no triênio 2017-2020

do Sisejufe argumentou que a escolha dos membros deveria ser de maneira nominal, na qual os três membros mais votados seriam os eleitos. Colocada em votação, a proposta de manutenção da eleição nominal foi aprovada por ampla maioria.

Inscreveram-se para compor a comissão os servidores Luiz Carlos Souza de Santana (TRT1-Lavradio), Silas Faria Luiz (Centro Cultural da Justiça Federal), Og Carramillo Barbosa (JF – Complexo Equador), Edson Mouta Vasconcelos (TRF2-Acre) e Aldenir Acimen de Moraes (TRF2-Acre). Og Carramillo obteve 106 votos (75,71%), seguido por Silas Faria com 105 (75%) e Edson Mouta com 101 (72,14%) completando os três mais votados. Aldenir Acimen obteve 35 votos (25%) e Luiz Carlos Souza de Santana recebeu 31 (22,14%).

O presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, que conduziu os trabalhos, destacou a transparência como marca dos últimos processos eleitorais no sindicato. Também fizeram parte da mesa, a vice-presidente Lucilene Lima e os diretores Ronaldo das Virgens e Lucena Pacheco.

Conheça o Calendário Eleitoral

Estão fixadas as datas que estabelecem o cronograma eleitora do Sisejufe.	1/7 Publicação da relação nominal das chapas e candidatos;	*8 a 10/8 Eleição 2017 em 2º turno (com quórum superior a 40%);
04/4 Prazo final de filiação para ser eleitor ou candidato;	De 1º a 4/7 Pedidos de impugnação de registro de candidatos;	*11/8 Proclamação dos resultados da Eleição 2017 (em 2º turno) e comunicação aos tribunais da eleição e da posse dos eleitos;
22/5 Publicação do Edital da Assembleia Geral Ordinária para definir Comissão e Calendário Eleitoral;	21/7 Afixação da lista de sindicalizados aptos para a votação e entrega aos representantes das chapas (mediante requerimento);	De 11 a 15/8 Prazo para recursos em 2º turno;
7/6 Realização da Assembleia Geral Ordinária para definir Comissão e Calendário Eleitoral;	1º a 3/8 Eleição 2017* (com quórum superior a 50%);	* 15 a 17/8 Eleição 2017 em 3º turno (com quórum superior a 30%);
13/6 Publicação do Edital de convocação das eleições e do aviso resumido;	4/8 Proclamação dos resultados da Eleição 2017 e comunicação aos tribunais da eleição e da posse dos eleitos;	* 18/8 Proclamação dos resultados da Eleição 2017 (em 3º turno) e comunicação aos tribunais da eleição e da posse dos eleitos;
De 14 a 28/06 Inscrição de chapas para Diretoria e para Conselho de Representantes Sindicais;	De 4 a 8/8 Prazo para recursos;	* De 18 a 22/8 Prazo para recursos em 3º turno.
De 28/6 a 1/7 Lavatura da ata de registro de candidatos;	1/9 Posse e início do mandato dos eleitos;	

Resistências ao rezoneamento

Tribunais A luta do Sisejufe contra a extinção de zonas eleitorais ganhou reforço de peso

Max Leone*

Fotos: Max Leone

A luta do Sisejufe contra a extinção de zonas eleitorais ganha reforço de peso. A mobilização da categoria para combater a medida do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que acabará com 112 zonas em todo Estado do Rio, e poderá chegar a quase mil em todo o país, terá como forte aliada uma Frente Parlamentar no Congresso Nacional para fortalecer o enfrentamento em Brasília. A criação da frente foi anunciada dia 26 de junho pelo deputado federal Wadlih Damous (PT-RJ), durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), convocada pelo deputado estadual Marcelo Freixo (Psol) a pedido do Sisejufe.

Além da frente, outras três audiências públicas também foram solicitadas pelo Sisejufe para denunciar a proposta do TSE. Uma na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ), com pedido feito a Damous, e uma outra protocolada na Comissão de Legislação Participativa (CLP), cujo relatório será reivindicada pelo deputado federal Glauber Braga (Psol-RJ), após articulação do sindicato. Há também uma audiência pública já aprovada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, articulada diretamente com o senador Paulo Paim (PT-RS), faltando apenas a confirmação da data. Uma Comissão Especial na Alerj também acompanhará o andamento das discussões.

“Já começamos a colher as assinaturas de parlamentares para compor a frente. Temos que debater e expor à sociedade o impacto dessa decisão do TSE em extinguir varas eleitorais, principalmente no interior do país. A decisão do TSE é um grande retrocesso, fere a Constituição Federal no que diz respeito ao princípio da eficiência do serviço público. Lutamos atualmente para



Diretora Fernanda Lauria, deputado federal Wadlih Damous e o servidor do TRE-RJ, Lucas Costa, debatem os efeitos da extinção de zonas eleitorais

termos Diretas Já, por isso temos que combater esse movimento de extinção de zonas eleitorais”, afirmou o deputado federal Wadlih Damous.

O deputado estadual Marcelo Freixo destacou a importância da divulgação do tema. Segundo ele, mesmo não sendo um assunto de atribuição da Alerj, deve ser debatido na Casa pelo fato de a proposta de extinção de zonas eleitorais ter um impacto significativo na sociedade. Na avaliação do parlamentar, vai dificultar o acesso à democracia, num momento conturbado em que o regime democrático sofre ataques. Freixo lembrou da obrigatoriedade do título e, com muito menos locais de atendimento, o eleitor terá grande dificuldade para tirar o documento.

“A proposta do TSE vai muito

além do simples argumento de redução de gastos. Na verdade, será uma economia que vai restringir direitos e deveres dos cidadãos. Atualmente, a Justiça gasta muito mal seus recursos, mas a saída não é extinguir as zonas. Há muitos locais que não tem estrutura para fiscalizar denúncias de irregularidades durante as eleições. A iniciativa do tribunal afeta a eficiência da Justiça Eleitoral”, afirmou Freixo, que conduziu os debates da audiência pública na Alerj.

A diretora do Sisejufe Fernanda Lauria destacou que a proposta do TSE de reduzir o número de zonas eleitorais não é um fato isolado. Ela surge em um cenário de ataques ao serviço público como um todo e à democracia do país. Ao traçar o panorama do impacto da medida no Rio e no país,

Fernanda lembrou do pacote de reformas que o governo Temer tenta implementar, entre elas, a Trabalhista e Previdenciária, os ataques à Justiça Trabalhista e o processo de terceirização.

“O Sisejufe sempre denunciou que a proposta do TSE era muito maior do que um simples rezoneamento. O que se quer mesmo é o desmonte da Justiça Eleitoral, possibilitando a volta do chamado voto de cabresto e do coronelismo, principalmente no interior do país. Sem contar também a proposta de terceirização estabelecida pelo TSE, juntamente com a extinção das zonas formam o pacote de desmonte, que fortalece mais ainda a proposta de enfraquecimento do serviço público. Fica então a pergunta: “A quem interessa o fim da Justiça Eleitoral?”, questionou a diretora

do Sisejufe.

O servidor do TRE de Volta Redonda Lucas Costa salienta que a extinção de zonas eleitorais não é apenas uma medida que mexe efetivamente com os servidores do Justiça Eleitoral. Segundo ele, o prazo estabelecido para que as zonas sejam fechadas é curto e há o interesse em ser bem rápido por parte do TSE. “Todo o processo corre risco de estar concluído a tempo de as eleições de 2018 já estarem sob essa nova configuração das zonas eleitorais.” Assim, aproveita para responder a pergunta: A quem interessa o fim da Justiça Eleitoral? “Claramente ao político que não quer prestar contas e ao candidato ficha suja que não quer ser fiscalizado”, conclui.

O deputado estadual Marcelo Freixo informou que agendará uma reunião com a presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio, Jacqueline Montenegro, para tratar do tema. O pedido será formalizado por meio da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão Especial da Alerj criada para acompanhar o assunto, que é encabeçada pelo deputado Jânio Mendes (PDT). Freixo também destacou que vai contatar organizações que lutam pela transparência no serviço público para que questionem a iniciativa do TSE em promover a extinção de zonas eleitorais.



Audiência pública reúne parlamentares, diretores do Sisejufe e servidores do TRE-RJ na luta contra o desmonte da Justiça Eleitoral

*Da Redação

Administração do TRT1 impõe aumento da jornada de trabalho

Tribunais Houve aumento da jornada, mas não foi prolongado o uso do ar refrigerado

Max Leone*

Fotos: Max Leone

Diante da situação criada pela Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), que ampliou a jornada de trabalho para nove horas diárias, sem a extensão do uso dos equipamentos de ar refrigerado, a direção do Sisejufe questionou a medida, atendendo reivindicação dos servidores do tribunal. A entidade requereu que os equipamentos fiquem ligados até o fim do expediente estendido. O sindicato usou como base a NR 17 do Ministério do Trabalho, que em seus próprios termos, “visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente”, e que define em seu item 17.5, acerca das condições ambientais, a necessidade de manutenção do ambiente climatizado para que sejam garantidas as condições de conforto para o desenvolvimento do trabalho, alegando, por fim, que “o desligamento antecipado dos aparelhos de ar condicionado acarretará em mudança climática que tornará praticamente improdutivo esse período de finalização da jornada”.

Mesmo assim, o o Tribunal se recusou a estabelecer, de mane-



Sisejufe e servidores se contrapõem ao ato antidemocrático do presidente do TRT1 de ampliação da jornada de trabalho

ra que prevaleça o bom senso, o prolongamento do uso dos equipamentos. Além de negar o pedido, o desembargador federal Fernando Antônio Zorzenon da Silva, presidente do TRT1, sugeriu que as janelas dos prédios fossem abertas ao invés de prolongar o uso dos aparelhos de refrigeração, conforme reivindicado pelos servidores. Zorzenon, no entanto, esqueceu que várias janelas são lacradas ou, ainda, que essas não existem em vários locais do Tribunal.

Nessas circunstâncias, não restou ao Sisejufe senão impetrar recurso administrativo contrário à decisão do presidente junto ao Órgão Especial daquele Tribunal.

Servidores e diretoria do Sisejufe mantêm pressão sobre Órgão Especial

A pressão para revogar o Ato 55 do TRT1 continua forte e não vai parar. Centenas de servidores voltaram a lotar em 1º de junho o auditório do prédio da Antônio Carlos para reivindicar ao Órgão Especial do Tribunal a derrubada do ato que institui, de maneira antidemocrática, uma jornada maior de trabalho para o funcionalismo. A luta pela revogação é para retomar a horário original de sete horas ininterruptas ou oito horas (incluindo o intervalo intrajornada) e contra a elevação para oito horas mais uma de



Protesto durante a sessão do Órgão Especial do TRT1

almoço, totalizando nove horas.

Novamente, como ocorreu no dia 18 de maio, servidores do Tribunal e diretores do Sisejufe empunharam cartazes e faixas em protesto contra a adoção do prolongamento da carga horária. De acordo com Ricardo Quiroga, diretor do sindicato, acompanhado de seus colegas do Sisejufe Lucena Pacheco, Neli Rosa e Amauri Pinheiro, a mobilização será mantida até a revogação do Ato 55. “Queremos a revogação imediata de tal ato. Não vamos esmorecer. Lutaremos até que consigamos nosso intuito”, reiterou Qui-

roga, que é analista judiciário do referido Tribunal.

Muitos servidores vestiram roupa preta em sinal de luto e para demonstrar o descontentamento com a decisão do presidente do Tribunal. Uma grande faixa, confeccionada pelo sindicato, foi exposta. Ao final da sessão do Órgão Especial, diretores do Sisejufe e servidores levaram a faixa para bem próximo de onde os desembargadores costumam ficar. Os servidores do TRT1 de Cabo Frio também paralisaram as atividades.

*Da Redação.



Servidores mobilizados realizam ato massivo na Augusto Severo contra o arbítrio

Servidores protestam do Judiciário Federal

Esquenta da Greve

Pelo que se constatou no “Esquenta da Greve” trabalhadores do Judiciário pararam

Cristiane Vianna Amaral,
Max Leone e Fortunato Mauro*

Foto: Max Leone

A mobilização contra o desmonte do Judiciário Federal e a retirada de direitos foi intensificada na terça-feira, dia 20 de junho. A direção do Sisejufe e a categoria estiveram mobilizados nos locais de trabalho no início da tarde daquele dia. Os atos se caracterizaram como uma “atividade esquentada” para o dia 30 de junho, data programada para a Greve Geral Nacional, convocada pelas centrais sindicais do Brasil.



No TRT1 a mobilização é contra ato do presidente do Tribunal que, de maneira autocrática, ampliou a jornada de trabalho

Servidores do TRT1 fazem a sua parte

Os servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), do Rio de Janeiro, fizeram a sua parte. O funcionalismo do Tribunal participou com atos na porta dos prédios das ruas Augusto Severo e do Lavradio. A categoria se mobilizou contra as reformas e, no caso do TRT1, contra o Ato 55, que estabeleceu a jornada de nove horas diárias de trabalho e a restrição ao prolongamento do uso de ar refrigerado, entre outros ataques por parte da Administração do Tribunal. Ricardo Quiroga, diretor do Sisejufe, aproveitou a manifestação para informar, comemorando, o

resultado das seguidas mobilizações e atuação dos diversos segmentos de trabalhadores, junto aos senadores, que resultaram na derrota do governo Temer na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, com a rejeição do relatório da Reforma Trabalhista. “Precisamos seguir mobilizados e pressionando tanto interna quanto externamente”, convocou o dirigente do Sisejufe.

“Estamos aqui na Lavradio em protesto contra o aumento da jornada de trabalho no TRT1, assim como os companheiros do TRE/RJ estão protestando contra o fechamento de diversos cartórios eleitorais na capital e no interior. Além

disso, a manifestação é nacional e contra as reformas da Previdência e Trabalhista do governo Temer, que retirarão direitos dos trabalhadores”, salientou Amauri Pinheiro, também diretor do Sisejufe, classificando como arbitrária a decisão da Presidência do TRT1 de ampliar a jornada de trabalho dos servidores do Tribunal.

Amauri Pinheiro lembrou que a decisão do presidente contraria uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que regulamenta o horário de trabalho. “A Presidência do TRT1 passou por cima de uma regulamentação do CNJ. O que esperar então?”, questionou

o dirigente sindical. Durante o protesto em frente ao prédio da rua do Lavradio, vários servidores do Tribunal declararam se sentir desmotivados pelo fato de mesmo o TRT1 ser um dos que apresenta maior produtividade, o funcionalismo foi “agraciado” pelo Ato 55 da Presidência, com aumento da jornada diária de trabalho. “A revolta é geral pela falta de reconhecimento mesmo com o batimento de metas por parte dos servidores”, afirmou Amauri Pinheiro.

TRE: contra o desmonte da Justiça Eleitoral: nenhuma ZE a menos

Servidores do Tribunal Regional Eleitoral no Rio de Janeiro (TRE/RJ) participaram do dia de protesto “Contra o desmonte da Justiça Eleitoral: nenhuma ZE a menos”, em função e em contraponto à Resolução 219, do CNJ, e do Ato Normativo do TSE que operam mudanças que terminam por estrangular o Judiciário brasileiro.

Lucena Martins, Jovelina Alves e Adriana Tangerino,

dirretoras do Sisejufe, agitaram e mobilizaram os trabalhadores em frente ao prédio do Tribunal, na avenida Presidente Wilson. As falas das diretoras do Sisejufe se pautaram especialmente contra o desmonte do Judiciário, mas, também, foram dirigidas ao público em geral que transitava em frente ao Tribunal, fazendo denúncias contra as reformas Previdenciária e Trabalhista.

TRF2: servidores precisam seguir mobilizados

Em frente ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), os servidores mostraram sua indignação contra as reformas do governo Temer e denunciaram o que vêm sofrendo seus colegas no TRE/RJ e TRT1. Sobre a Reforma da Previdência, Soraia Marca, diretora do Sisejufe, destacou que se ela for aprovada, os servidores deverão trabalhar mais 10 anos e os 11% descontados além do teto serão confiscados pelo governo. “Vamos trabalhar mais e receber menos”,

Foto: Fortunato Mauro



contra o desmonte e retirada de direitos

participaram de uma grande mobilização nacional no dia 30

“Estamos aqui na Lavradio em protesto contra o aumento da jornada de trabalho no TRT1, assim como os companheiros do TRE/RJ estão protestando contra o fechamento de diversos cartórios eleitorais na capital e no interior. Além disso, a manifestação é nacional e contra as reformas da Previdência e Trabalhista do governo Temer, que retirarão direitos dos trabalhadores”.

(Amauri Pinheiro)



Foto: Cristiane Vianna Amaral

No TRF2, servidores lutam contra as reformas que prejudicarão à todos sem exceção

denunciou Soraia. A dirigente também destacou o trabalho que o Sisejufe e servidores vêm fazendo em Brasília, junto aos parlamentares, e comemorou a derrota da Reforma Trabalhista na CAS do Senado: “Sem continuar lutando, não vamos barrar o ataque aos direitos da população.”

Para Edson Mouta, diretor do sindicato, apesar da vitória no Senado, não é hora de baixar a guarda. O dirigente criticou as reformas que es-

tariam a serviço do mercado financeiro e não da população e denunciou o adoecimento da categoria. “A cada ano aumentamos a produtividade e o que recebemos em troca é mais trabalho e menos direitos.”

Também participaram do ato no Foro da rua do Acre, os diretores Ronaldo das Virgens e José Fonseca.

* Da Redação



Foto: Max Leone

Manifestantes também se posicionam contrários às reformas do governo Temer

Interior também mostra sua indignação

Em Campos dos Goytacazes, a diretora Fernanda Lauria e os servidores Lucas Costa e Nelson de Souza denunciaram o desmonte da Justiça Eleitoral. Também houve mobilização em Cabo Frio.



Foto: Divulgação

Manifestação é marcada por violência policial

Ocupa Brasília

Protesto marcado contra o “Fora, Temer” foi violentamente atacado pela polícia

Foram mais de 100.000 manifestantes que chegaram em caravanas de todos os cantos do Brasil, assim como a do Sisejufe, para o “Ocupa Brasília”. Vários diretores do sindicato e servidores participaram da marcha dos trabalhadores sobre a capital federal. O clima foi bastante tenso na capital da República e os relatos que chegavam eram de muita repressão policial e violência contra os manifestantes que estavam lutando pelos direitos de todos os trabalhadores, contra as reformas nefastas propostas pelo governo federal.

A manifestação foi liderada por movimentos sindicais e sociais que lutam pela derrubada das reformas Trabalhista e Previdenciária no Congresso e pela saída Michel Temer da Presidência da República, assim com a reivindicação de eleições diretas.

A situação ficou tão pesada que até mesmo estabelecer comunicação entre os que repostavam a manifestação na Esplanada dos Ministérios e a imprensa alternativa, como foi



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A oposição às reformas do governo Temer levaram 100 mil à Esplanada dos Ministérios e tiveram como recepção a violência policial

o caso do Sisejufe, foi muito difícil. A Internet era interrompida a cada instante, as operadoras de telefonia celular adotaram esse tipo de prática

para impedir a denúncia do golpe em curso no Brasil e a tentativa de implantar, na marra, as reformas. Enquanto isso, a polícia promovia in-

vestidas contra a população e buscava, de todas as formas, dispersar a multidão que se manifestava. Helicópteros sobrevoam e, do alto, jogavam bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral. Muitas pessoas foram feridas e asfixiadas com o excesso de gás.

Estado de sítio

Tão grave quanto, foi a autorização de Michel Temer para a atuação das Forças Armadas, utilizando-se, em ato oficial, das Operações de Garantia da Lei e da Ordem que foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) um dia antes da manifestação. “Fica autorizado o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Distrito Federal, no período de 24 a 31 de maio de 2017”, informava o texto.

O Congresso Nacional esteve cercado por grades e por policiais militares e da Força Nacional. Houve bastante tumulto no local. No dia 23/5 a caravana Sisejufe resistiu em sair do plenário durante a leitura do relator da proposta de Reforma Trabalhista (PLC 38/2017) e durante a Audiência Pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

No Rio de Janeiro a situação também não foi diferente. Por todo o Centro da cidade ocorreram manifestações contra as medidas autoritárias do governo do Estado. Na Cinelândia, aconteceu um protesto popular contra as reformas, mesmo com a tropa de choque da Polícia militar promovendo o terror nas adjacências.

Forças Armadas são chamadas para a “Garantia da Lei e da Ordem”.



Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Judiciário Federal no Rio: mobilização e esclarecimentos sobre as reformas

Greve Geral Movimento enfrentou até polícia para fazer valer direito de manifestação

Cristiane Vianna Amaral,
Fortunato Mauro e
Max Leone*

Fotos: Cristiane Vianna Amaral



O dia de Greve Geral no Judiciário carioca foi marcado por piquetes de conscientização nas entradas de oito locais de trabalho das justiças federais no Rio de Janeiro – SJRJ, TRT1, TRF2 e TRE. Diretores do Sisejufe e apoiadores se dividiram para mobilizar e informar a categoria acerca do próprio dia de Greve Geral, assim como sobre as reformas, da tentativa de desmonte do Judiciário Federal e de questões internas e localizadas da categoria e seus tribunais no estado.

Atendendo à solicitação do sindicato, com vistas a informar da participação dos servidores

a paralisação teve como objetivo reforçar a luta contra a aprovação das reformas da Previdência e Trabalhista, impostas pelo governo Temer.

No TRF2: conflito com a PM marcou a mobilização

ameaçado por um militar, que chutou o cone que demarcava o local de mobilização do sindicato. “Se eu tiver que agredir o senhor, vou agredir”, disse o policial sem identificação aparente. “Estamos em nosso local de trabalho, na porta de um

diretor Soraia. A dirigente também denunciou o desmonte da Justiça do Trabalho, por meio da Reforma Trabalhista. Já o diretor Ronaldo centrou fogo na Terceirização. “Quem vai escolher os trabalhadores é quem está no poder”, denunciou.

vêm sendo levadas à cabo pelo governo Temer.

Adesão à Greve Geral foi aprovada em assembleia

Com várias intervenções de servidores em apoio à deflagração da Greve Geral do dia 30, a assembleia da categoria judiciária no Rio de Janeiro aprovou, por unanimidade, a adesão ao movimento paredista convocado pelas centrais sindicais.

Os motivos para a deflagração da greve estavam na contrariedade às reformas previdenciária e trabalhista; ao desmonte do Estado brasileiro; e, como especificidade do movimento dos servidores, a oposição ao desmonte do Judiciário Federal, especialmente no que diz respeito ao fechamento de zonas da Justiça Eleitoral (o Rezoneamento) e a redistribuição de força de trabalho por produtividade na Justiça do Trabalho, na qual surge uma questão específica, no Rio de Janeiro, que é o aumento da jornada, que passou de oito para nove horas diárias.

*Da Redação



na Greve Geral, a Presidência do TRF2 autorizou a liberação dos servidores às 17h, hora marcada para o início da concentração do Ato Unificado na Candelária. A JF também seguiu a mesma orientação. Os demais tribunais não atenderam ao sindicato.

No TRT1: reforço da luta contra as reformas

A manifestação, na parte da manhã, conclamava servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) e população a participarem da Greve Geral. O diretor do Sisejufe Ricardo Quiroga destacou que

Por volta das 11h, integrantes do Movimento Sem Terra (MST) passaram em frente à sede do TRF2, onde o Sisejufe realizava mobilização da categoria judiciária. A direção do Sindicato convidou os trabalhadores rurais para falarem aos servidores do Judiciário. No momento em que o MST estendeu sua faixa ao longo da via, a Polícia Militar, que os acompanha, agiu com truculência, chutando os trabalhadores e arrancando a faixa.

O diretor do Sisejufe Ronaldo das Virgens intercedeu junto aos policiais, já que a manifestação era legítima e pacífica, e foi

tribunal, isso é um absurdo”, bradou o dirigente do Sisejufe.

Em seguida, duas viaturas e diversas motos estacionaram junto ao TRF2, constringendo os servidores que participavam da mobilização. Mais uma vez houve discussão e, dessa vez, com uma servidora, quando a diretora Soraia Marca teve que intervir junto ao policial e denunciar a coação junto à Presidência e Assessoria de Segurança do Tribunal. “É o maior ataque aos direitos dos trabalhadores. Se a Reforma da Previdência passar, ninguém vai se aposentar”, destacou a

No TRE: a tônica foi de denúncia

Contra o desmonte a Justiça Eleitoral se posicionou a diretora do Sisejufe Fernanda Lauria. “Com o desmanche da Justiça Eleitoral, a vontade do eleitor não será prevalente. O que ficará, serão os esquemas do coronelismo, dos currais eleitorais, da compra de votos entre tantas outras práticas dessa natureza que foram combatidas ao longo de anos e que voltarão com força total se o desmonte da Justiça Eleitoral vier a se confirmar”, denuncia a diretora do sindicato que é servidora do TRE-RJ.

Além disso, Fernanda também se pronunciou, junto a público que transitava nas imediações DO TRE, na Avenida Presidente Wilson, contra as reformas que



TRF2 institui Subcomissão de Acessibilidade e Inclusão

Acessibilidade e Inclusão Diretores do Sisejufe participam das reuniões mensais de acessibilidade

Cristiane Vianna Amaral*

Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por seu presidente, o desembargador André Fontes, instituiu a Subcomissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão. A Portaria Nº TRF2-PTP-2017/00331, foi assinada e publicada em 5 de junho de 2017. A Subcomissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão será composta pelo próprio presidente do TRF2 e por mais seis servidores, entre eles, os diretores do Sisejufe Dulavim de Oliveira e Ricardo de Azevedo. Ainda de acordo com o documento, a reunião da Subcomissão ocorrerá uma vez por mês. O primeiro encontro foi no dia 28 de junho.

O presidente André Fontes, para criar a Subcomissão, considerou os termos da Resolução 230, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que “Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência por meio - entre outras medidas - da convoção em resolução da Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão”, e o previsto no artigo 50 da Resolução nº TRF2-RSP-2017/00012, de 31 de



Foto: Divulgação TRF2

O presidente André Fontes, em reunião com Ricardo Azevedo e Dulavim de Oliveira recebem a boa notícia

março de 2017, que “Institui o modelo de governança das unidades administrativas co-

Federal da 2ª Região (TRF2)”. A Portaria pode ser acessada em <http://www10.trf2.jus.br/portal/wp-content/uplo->

[ads/sites/28/2017/06/trf2-tp-2017-00331.pdf](http://www10.trf2.jus.br/portal/wp-content/uplo-ads/sites/28/2017/06/trf2-tp-2017-00331.pdf).

*Da Redação

A colorful advertisement for an event. At the top, there's a banner with the word 'ARRAIÁ' in large yellow letters on a black background. To the right, a circular graphic contains the text 'NENHUM DIREITO A MENOS SISEJUFÉ'. Below this, the event details are listed: 'Sexta-feira, 7 de julho, a partir das 19h' and 'Com a Banda Rastapé'. The location is 'Clube Ginástico Português, Avenida Graça Aranha, 187 / 2º andar – Centro/RJ'. Ticket information: 'Ingressos a R\$50 para filiados, com direito à compra de um ingresso para acompanhante.' Food and drink: 'Comidas típicas e bebidas liberadas, forró e muita animação!'. Contact: 'Informações pelo telefone (21) 2215-2443'. At the bottom, there's a photograph of the Banda Rastapé, a four-member band with an accordion and guitar. The background is green with a colorful bunting banner at the top and a colorful striped border at the bottom.

Comunicação Sindical, Popular e Comunitária é debatida em evento na Cinelândia

Comunicação Social Democratização da mídia foi o mote do encontro realizado no Centro do Rio

Aline Souza*

Realizado no dia 25 de maio, o I Festival da Comunicação Sindical e Popular foi uma iniciativa produzida pelo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), organização fundada pelo saudoso e entusiasta da Comunicação Sindical, Popular e Comunitária, Vito Gianotti.

O evento aconteceu na Cinelândia, área central da cidade do Rio, reunindo, em sua programação, eventos teatrais, musicais, de dança, aulas públicas com convidados especiais e debates acerca da importância da Comunicação Social no cenário da conjuntura política atual do Brasil, na qual apenas seis famílias exploram e monopolizam 90% do setor, reunindo suas empresas em um verdadeiro conglomerado midiático que reflete uma única ideologia e gera pouca reflexão na população.

Várias atividades foram desenvolvidas durante todo o dia no espaço do evento caracterizado como de “confluência da cultura contra-hegemônica” em frente à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Dentre elas se destacaram aulas públicas, apresentações teatrais, relatos de experiências de Comunicação Sindical, Popular e Comunitária, roda de Funk, homenagens e show musical.

Aula pública com professor da Unicamp

Para Reginaldo Moraes, 66 anos, professor de Ciência Política da Universidade de Campinas (Unicamp) e colaborador do NPC, convidado para proferir palestra sobre “Globalização, Trabalho e Comunicação”, a diferença entre o serviço prestado pela mídia corporativa e a Comunicação Sindical e Popular “é

que a última provoca perguntas, pensamentos e ideias genuínas, ao passo que a mídia tradicional lida com certezas como se estas fossem verdades absolutas”.

Em conversa com jovens presentes na escadaria da Câmara Municipal, Moraes apontou que a Comunicação Sindical e Popular é importante pelo fato de buscar refletir e amplificar a narrativa dos trabalhadores, aspecto esse que nunca é refletido na mídia corporativa comum. “O que precisa ficar claro é que não há imparcialidade nos grandes veículos de Comunicação. Willian Bonner, do Jornal Nacional, não é um jornalista, é um publicitário e um ótimo ator. No fundo tudo é Semiótica (que estuda os signos existentes em todos os elementos que representam algum significado e sentido para o ser humano), a notícia é construída de modo a atingir um objetivo exato na população e não causar reflexão ou um questionamento do *status quo* estabelecido”, explicou o cientista político.

Para Reginaldo Moraes, é preciso ocupar as praças e ruas e “é importante falar com os jovens e a população em geral como uma atividade de Comunicação que se fazia antigamente, na época dos



Reginaldo Moraes: “o que precisa ficar claro é que não há imparcialidade nas grandes veículos de comunicação”

comícios relâmpagos que aconteciam antes de a polícia correr atrás da gente nos anos de 1970. Isso sempre foi comum, Lênin subia em caixotes de madeira para falar à população e, assim, desse modo, se faz revoluções”, relembra o pesquisador da Unicamp.

Moraes constata que “a mídia corporativa nem mesmo nos trata como imprensa. Ela nos tem como ‘organismos de difusão ideológica’, como se apenas a nós fosse reservada a ideologia e a eles a notícia verdadeira”.

Homenagem póstuma à Vito

No encerramento do evento,

homenagem póstuma foi feita para Vito Gianotti, um dos nomes mais importantes da Comunicação Sindical, Popular e Comunitária no Brasil. Vito, nascido em Luca, região da Toscana italiana, veio para o Brasil e se radicou em São Paulo. Trabalhou como metalúrgico e foi líder sindical, sendo perseguido político durante o regime militar brasileiro, preso e torturado. Escreveu mais de 20 livros sobre sindicalismo e comunicação e aqui construiu parte importante da sua história. Foi militante na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e criou o Núcleo

Piratininga de Comunicação (NPC) junto com sua companheira, a jornalista Claudia Santiago. Nesses pouco mais de 20 anos, sob a direção de Vito e de Claudia, o NPC exerceu um papel importantíssimo no campo da Comunicação contra-hegemônica, incentivando a criação de sites, jornais, boletins, tevês, rádios, blogs pelo Brasil afora.

Vito faleceu no Rio de Janeiro em 24 de julho de 2015, aos 72 anos.

*Da Redação



Poesia, brincadeira e desafio: a palavra perfeita

Prata da Casa A poesia tem uma coisa bonita que é uma brincadeira

Da Redação, com a colaboração de Aline Souza

O amor pela palavra e pela linguagem levou a servidora do Judiciário Federal Úrsula Hartalian Lautert ao mundo da poesia. E desde a infância, quando se apaixonou por literatura ao ler “As aventuras do avião vermelho”, de Erico Verissimo, esteve ligada à arte. Mas a vontade de escrever surgiu bem mais tarde. “Eu achei tão mágico tudo isso (o tema do livro). Percebi que as histórias inventadas eram reais também e passavam a fazer parte da nossa vida. Isso me marcou muito. Eu queria escrever uma grande história, mas não me sentia preparada para tal”, lembra Úrsula, servidora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), que passou a fazer alguns poemas que ficaram guardados. “Por volta dos 40 anos foi que decidi colocar isso em prática”.

Segundo Úrsula, a poesia tem uma coisa bonita que é uma brincadeira e um desafio, a palavra perfeita, a musicalidade, o ritmo. “Eu busco isso nos poemas, mas, não são em todos que eu consigo, porém, é uma meta que tenho”, explica Úrsula, que é licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Seu primeiro livro foi publicado no ano passado e se chama “Canção para o amor e outros poemas”. Além disso, ela teve textos publicados em duas coletâneas de poesias pela Editora Patuá e um deles foi “Escriptonia - coletânea de poemas sobre super heróis”.

Servidora da Justiça há quase 20 anos, Úrsula, que gostaria de viver da arte, não vê relação entre as duas atividades. Segundo ela, poetas precisam sair da dureza da vida, precisam se inspirar, serem criativos. Segundo ela, o trabalho no serviço público é bastante pesado e, pensando no futuro, ela quer abrir uma editora: “E, se eu conseguir me aposentar, trabalharei com edição”.

O papel da literatura na questão de gênero, segundo ela, que sempre leu mulheres, como Agatha Christie, é recente. Mas cresceu admirando, também, Machado de Assis, Saramago e Bukovski. Úrsula, porém, reconhece que mulheres lendo mulheres é fato bem recente, pelo que a literatura sempre foi dominada por homens. “Somente agora que nos demos conta disso, apesar de que mulheres sempre fizeram literatura, mas, ou não eram ou eram pouco lidas”.

Para Úrsula, o papel da poesia no movimento feminista, ou “o papel da arte no feminismo é importante, posto que ela tem o poder transformador, revolucionário. A poesia talvez tenha mais força para comunicar as questões feministas, do feminino, da mulher com mais visibilidade no mundo e na rua. Inclusive é o que a gente está tentando fazer com o movimento literário ‘Slam das Minas’, que tem objetivo e papel político de transformação”. Esse movimento nasceu em sua casa: “era aonde pensávamos o coletivo de mulheres e como levar a poesia para a rua, como fazer uma intervenção política em momento tão complicado que estamos. Até que surgiu proposta de fazer a primeira edição do ‘Slam das Minas’, no Largo do Machado”.

Úrsula Hartalian Lautert é mais uma personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta. Iniciativa do Departamento de Cultura do Sisejufe tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço aos servidores e servidoras com talentos artísticos e literários fora da repartição.

Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br

